

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
FACULDADE DE PSICOLOGIA

GABRIEL MENDES DE BRUM

**DE MÃOS ATADAS: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES NO TRABALHO COM
JOVENS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Porto Alegre

2021

GABRIEL MENDES DE BRUM

**DE MÃOS ATADAS: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES NO TRABALHO COM
JOVENS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção de grau de Bacharel em Psicologia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Oriana Holsbach Hadler

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, um grande agradecimento aos jovens que inspiraram esse trabalho e que compartilharam um pouco de suas tantas histórias. Ali onde tudo era rodeado por morte, vocês mostraram, surpreendentemente, muita vida. Fica o meu muito obrigado, a gratidão de ter podido trabalhar com vocês e o desejo de que, no meio do caos, vocês possam encontrar a calma e sejam, de fato, protegidos.

Agora, os próximos agradecimentos iniciam com a lembrança de que o ano em que esse trabalho foi construído foi de grandes desafios e dificuldades. Por isso, me sinto convocado a agradecer aqueles que, ao seu jeito, me fortaleceram e tornaram mais suportável esse percurso. Tudo mencionado aqui foi parte essencial da minha vida durante a construção desse trabalho.

Aos meus pais, pelo incansável esforço em fazer com que a minha permanência na Universidade fosse possível. Eu sei o quanto é significativo termos vindo do contexto que viemos, da pobreza, e vocês poderem ver a primeira pessoa da família mais próxima formada. Em uma Universidade pública, da qual nos orgulhamos muito. Obrigado por terem confiado em mim e me darem essa oportunidade, amo vocês.

À Camila, por nunca ter saído do meu lado em momento algum e ter sido sempre a minha maior parceria. A pessoa a quem eu confiei tantos afetos, lágrimas, risos, danças, vida. Se houver uma outra vida, eu ainda quero ter a honra de ser teu amigo e estar ao teu lado. Tu significa o mundo pra mim e me mostrou o que é lealdade e amizade de verdade. Muito obrigado por ser do jeitinho que tu é, eu te amo tanto que nem cabe em palavras, muito menos em um parágrafo. Tem muito de ti em toda essa história. *I will dye my hair in crazy colors just to make you smile.*

À Thayná, por ter me ensinado tanto (inclusive muito do que coloquei nesse trabalho) e ter sido tão sensível e companheira em tantos momentos, não só durante a construção do TCC como em toda a graduação. Eu tenho certeza que tu vai ser uma excelente profissional, daquelas que eu vislumbrava enquanto escrevia esse trabalho. Obrigado por tudo, de verdade.

À Flávia, por ter apostado em mim e me incentivado quando eu já achava que não dava mais ou que era impossível. Teu jeito de pensar, tuas palavras e abraços tão afetuoso e sinceros foram (e continuam sendo) muito importantes pra mim. Tenho orgulho de ter uma amiga tão incrível e com tantas coisas pra contribuir

pra minha vida. Obrigado por não ter desistido de mim, por me mostrar tanta coisa nova, por me tornar uma pessoa melhor e por ser quem tu é, te amo.

Agora, ainda considerando o contexto que eu falei no início, quem me conhece sabe que a música ocupa um lugar essencial na minha vida, mesmo que apenas como ouvinte. Por isso, não posso deixar de mencionar aquelas que embalaram minhas longas madrugadas de escrita e dão palavras àquilo que parece inominável na minha vida há muitos anos: Lana Del Rey e Taylor Swift. Duas mulheres fortes e poderosas que me inspiram demais e que me trazem a paz necessária nos momentos de sufoco. Tão de longe, as duas foram muito presentes e são parte até mesmo da minha forma de escrever e de pensar.

Por fim, mas definitivamente não menos importante, à Oriana. Tua gentileza, escuta, acolhimento e enorme conhecimento e sabedoria me guiaram por todo esse trabalho. Foi muito bom ter tido alguém da psico em quem eu me enxergasse e pudesse me inspirar, te admiro muito, muito, muito pela pessoa e pela profissional inexplicável que tu é. Muito obrigado pela compreensão sempre que precisei, pelas ideias incríveis (que eu acabei utilizando todas que eu consegui de tanto que gostei), pelos papos, pelas fofocas e por tudo isso que tornou esse processo inacreditavelmente mais leve do que poderia ser.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir as possibilidades e as dificuldades no trabalho da psicologia com as juventudes em conflito com a lei e/ou ameaçados de morte, em acolhimento institucional. Para isso, é tomada como ponto de partida a experiência do autor como estagiário em um abrigo da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, especialmente na casa específica para as/os adolescentes da ação civil pública, com essas características. São utilizadas narrativas ficcionais para contar histórias inspiradas neste trabalho com as/os jovens e ilustrar as impossibilidades e o colapso vivenciados na prática nesse contexto.

Palavras chave: juventudes; acolhimento institucional; narrativas ficcionais; jovens de risco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. O ACÓRDÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA.....	12
2. AS RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA, JUSTIÇA E JUVENTUDE.....	19
3. A REALIDADE ENQUANTO FICÇÃO: PRODUÇÃO DE NARRATIVAS..	24
3.1 A menina-mulher dos impossíveis.....	26
3.2 A Vulnerabilidade Social bate à porta.....	33
3.3 Comum de dois.....	35
3.4 Um garoto meio estranho, mas de bom coração.....	38
4. (IN)CONCLUSÃO: DESATANDO ALGUNS NÓS.....	40
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O lugar da juventude em situação de conflito com a lei no Brasil caminha por um percurso em constante construção. No Rio Grande do Sul, estado que tomo como ponto de partida para as minhas questões, essa relação se dá de maneira relativamente singular, ainda que perpassando aspectos instituídos característicos desse contexto, como a segregação e a manutenção dos estereótipos quando se trabalha com jovens colocados em um lugar entre seus direitos e deveres para com a sociedade. Atendendo às exigências previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apontam para a distinção entre a execução de medidas socioeducativas e de proteção em acolhimento institucional, em 2002 foi extinta a antiga Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), reordenando-se em Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase), responsável pela primeira modalidade, e Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), cuja função foi atribuída à segunda. Esta instituição atua como complementar aos municípios, em processo distinto das outras regiões, onde o acolhimento institucional se dá majoritariamente em âmbito estadual.

Em junho de 2019, a FPERGS foi condenada pelo Ministério Público a receber, em seus abrigos residenciais, adolescentes envolvidos em atos infracionais graves – incluindo egressos da Fase – e ameaçados de morte. A condenação chega através de um acórdão, documento público que traz uma decisão proferida em colegiado, neste caso de desembargadores (Rio Grande do Sul, 2019). Analisando o acórdão mencionado, é possível acompanhar os argumentos e objetivos por trás da condenação.

Primeiramente, a atenção é voltada à necessidade de proteção e garantia de direitos fundamentais destas crianças e adolescentes. São feitas diversas menções ao ECA, especialmente com os princípios que trazem a importância de colocá-los “a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1990; Rio Grande do Sul, 2019). Esses objetivos são tidos pela ação civil pública como inviáveis de serem alcançados em abrigos residenciais comuns, em que não há especificação de público. Através de depoimentos de profissionais que atuam no acolhimento, ponderações são feitas em relação às consequências para a segurança dos demais acolhidos e das equipes de

se manter esse recorte específico da população acolhida junto de “outros jovens”. Tem-se aí a legitimação de um processo de exclusão onde o ‘jovem em situação de conflito com a lei’ ou ‘o jovem ameaçado’ é recortado e diferenciado dos “outros jovens” considerados o público a ser protegido. Além disso, é recorrente a percepção de que a convivência desses acolhidos com crianças é inadequada, sem embasamentos explicitados ou maiores explicações no texto. Nesse sentido, é tida como essencial a criação de casas de acolhimento preparadas para lidar com possíveis intercorrências advindas da presença dos jovens em situação de risco, que são considerados como um perigo iminente a todas as pessoas próximas e que, portanto, devem ser excluídos de seu convívio. Essas casas são conhecidas pelos trabalhadores da rede de proteção como ‘casas de perfil’. E é exatamente a produção destas ‘casas de perfil’ que norteará a discussão abordada no decorrer da escrita.

Entre as alegações apresentadas pela condenação, a questão do preparo dos servidores e das estruturas dos abrigos é bastante presente, aspecto que posteriormente também será problematizado neste trabalho. Em diversos momentos é trazida a necessidade de que as equipes, tanto técnicas quanto as de agente educadores, sejam especificamente treinadas e educadas para que tenham conhecimento sobre a juventude em conflito com a lei e ameaçada de morte e saibam manejar possíveis situações que aconteceriam nas casas. O acórdão aponta que as residências precisam de estrutura adequada, de modo a propiciar segurança a todos, a começar por uma separação entre os jovens “de perfil” e os outros acolhidos; outro aspecto saliente no documento, diz respeito à localização da casa de acolhimento, a fim de evitar a proximidade com grupos criminosos em seus territórios (Rio Grande do Sul, 2019). Ademais, há tentativas de explicitar a urgência que tais situações carregam e, conseqüentemente, a importância de buscar a manutenção da exclusão desses adolescentes do convívio com outras pessoas, com depoimentos que pedem a criação de abrigos o mais longe possível, como em cidades distantes. Mais uma vez, a diferenciação constante que se faz entre os diferentes públicos dos abrigos é marcante: a todo o momento, há o uso de palavras como “específico”, “risco”, “perfil”, entre outras.

Determinados trechos do documento também evidenciam tentativas de encaixar os adolescentes da ação civil pública em um perfil ideal, que se difere totalmente dos estigmas¹ que os marcam: é parte do trabalho “almejar que os *adolescentes com desvio de conduta* possam compreender o sentido da ética e da solidariedade social, *introjetando* os princípios da cidadania” (Rio Grande do Sul, 2019, p.8, grifos do autor). Dessa forma, é perceptível que a compreensão que se tem a respeito dos atos cometidos pelos jovens ou de suas ameaças de morte esteja estritamente atrelada a um viés comportamental e culpabilizador sobre o jovem, ou seja, há um comportamento inadequado que precisa ser disciplinado, sendo a criação de abrigos residenciais específicos para a população “de risco”, com distância daqueles que estão mais adaptados no espectro do desvio de conduta, o caminho indicado.

Cumprindo a decisão judicial, a FPERGS iniciou a criação de abrigos residenciais específicos para os adolescentes da ação civil pública em 2019. O funcionamento da Fundação se dá através de Núcleos de Abrigos Residenciais (NARs), compostos por grupos de casas de abrigo, cada uma tendo, em média, 10 a 12 vagas para crianças e adolescentes em acolhimento institucional em seus respectivos territórios. Entre os que atualmente possuem casas específicas, estão o NAR Menino Deus, NAR Belém Novo, NAR Leste (todos em Porto Alegre e cada um com um abrigo residencial específico), e o Núcleo de Acolhimento Provisório (NAP), em Taquari.

É interessante reparar que a primeira casa da ação civil pública foi a do NAR Belém Novo, especialmente devido à localização, no Extremo-Sul de Porto Alegre. Seguindo o objetivo de colocar os jovens que cometeram atos infracionais graves ou ameaçados de morte em um lugar diferenciado e distante, a escolha de Belém Novo foi pautada quase exclusivamente nesse critério, independente de outras questões anteriormente levantadas, como a segurança do local e o preparo das equipes – considerando que há a presença de pontos de tráfico próximos. A escolha de Taquari também vai nessa direção, porém apontando aos pedidos de que houvesse a possibilidade de acolhimentos em outras cidades, para casos de jovens que não

¹ O conceito de estigma aqui é utilizado conforme Goffman (1981), para designar atributos que marcam um indivíduo e fazem com que seja percebido de maneira diferente da esperada em determinado ambiente, tendo geralmente caráter depreciativo.

podem permanecer nas casas de Porto Alegre por estarem em risco. Por essa mesma razão, frequentemente também são feitas trocas entre os NARs, de acordo com a avaliação das equipes e da rede a respeito do risco existente naquele local para os adolescentes em determinado momento.

A construção do meu interesse pelas questões disparadas sobre os jovens desta ação civil pública se dá especialmente através do meu percurso enquanto estagiário de psicologia em um NAR da FPERGS, entre 2020 e 2021. Na minha experiência no acolhimento institucional, a todo o momento me deparo com desafios que seguem me questionando, talvez ainda sem respostas definidas, a respeito do lugar que nós ocupamos com a responsabilidade e o poder de intervir nos modos de existência do outro. Nós, nesse sentido, somos todos que atuamos a partir de um lugar de saber-poder e que estamos implicados na construção da maneira com que determinadas subjetividades estão situadas na história e no social. Da maneira que for, temos nosso papel na manutenção de estigmas e naturalizações que atuam sobre os corpos, bem como na construção de possíveis “vir-a-ser”, aquilo que escapa do naturalizado e produz algo novo, traçando diversos caminhos possíveis. Nesse sentido, falo de equipes multiprofissionais da assistência, da saúde e do sistema jurídico. Entretanto, apesar de discutir diferentes cenários e visões, ao apontar possibilidades interdisciplinares, centralizo minha atenção à psicologia, tomando como ponto de partida as lógicas que operam e podem operar no nosso trabalho – na relação entre juventudes, justiça e psicologia – e suas implicações.

Nesse sentido, inicialmente é preciso aceitar que a psicologia, assim como as demais áreas citadas, pode atuar em prol da manutenção do estigma já naturalizado dos jovens em conflito com a lei e ameaçados de morte, que é, entre outros, de marginalização, reducionismo e animalização. O que se repete é a exclusão, que vem disfarçada de proteção, tanto desses mesmos jovens quanto daqueles que merecem ser privados do convívio com eles. Entretanto, ao questionarmos esse processo, é preciso provocar um deslocamento que vai além da mera intencionalidade e racionalidade de cada profissional – ao discutir a implicação de cada um – rompendo com uma lógica de culpabilização nosológica. Isto significa dizer que se torna necessária a contextualização da realidade brasileira no que diz respeito às políticas públicas e ao sistema judiciário, temas que serão melhor

discutidos a seguir. Dito de outra forma, é pensar como surgem certas condições de possibilidade para se falar e criar as ditas “casas de perfis”, bem como problematizar os modos como certos discursos tomam forma no fazer psi e interdisciplinar no acolhimento institucional com jovens.

Como disparador essencial, tomo um sentimento extremamente presente e notável, que é o de impotência, de sentir-se “de mãos atadas”. Em minha experiência com as equipes no acolhimento institucional, diante das mais diversas demandas inusitadas e urgentes que o trabalho com os adolescentes da ação civil pública coloca, a sensação generalizada era de que algo nos paralisa e nos torna incapazes de agir frente a desafios tão intensos e complexos. Tomando essa sensação como um analisador, enquanto conceito da análise institucional, é possível discutir o que isso pode vir a dizer a respeito do *modus operandi* da instituição e da relação que é estabelecida por cada um com o trabalho realizado. Enquanto ferramenta que pode ser viabilizada mesmo naquilo que não está verbalizado ou que está nas nuances da instituição² (BAREMBLITT, 2002), utilizo essa expressão como disparador para pensar o que se sentir “de mãos atadas” pode estar produzindo.

A partir disso, traço os seguintes questionamentos: frente ao caos, *o que é possível quando estamos “de mãos atadas”?* *O que pode ser vislumbrado como possibilidade para além daquilo que já está instituído no percurso dos adolescentes acolhidos?* *Que condições estão sendo dadas para que outras práticas possam emergir na singularidade, em termos de possibilitar a repetição a diferir?* Nessas questões, busco pistas para traçar os caminhos possíveis da psicologia que possam auxiliar no enfrentamento desses desafios, pensando a respeito de como podemos intervir, de modo a possibilitar que novas forças surjam entre aquilo que já está enraizado, especialmente em atuações micropolíticas.

Para lançar as discussões suscitadas por estes questionamentos, esta escrita iniciará trazendo considerações críticas sobre as contradições perceptíveis nos

² Barembritt (2002), entende as instituições de maneira abstrata, como “árvores de composições lógicas”, que podem se manifestar a partir de leis, normas e hábitos ou regularidades de comportamentos. Um exemplo são as instituições da educação, que se referem às leis, normas e pautas que prescrevem maneiras de se integrar na comunidade um aspirante a membro. Para cumprirem sua função, as instituições se materializam em uma série de organizações, desde o Ministério da Educação, por exemplo, até pequenos estabelecimentos.

objetivos e propostas do Ministério Público, expostos no acórdão, ao condenar a FPERGS a ter casas voltadas exclusivamente a adolescentes da ação civil pública, tendo como base minha experiência enquanto estagiário. E, pensando no conceito de proteção e na garantia de direitos, fundamentais no acolhimento institucional, faço questionamentos acerca da existência, de fato, de práticas protetivas nesse contexto. Após, será abordado o contexto histórico das relações entre psicologia, justiça e juventudes, construindo pistas para a desnaturalização das práticas psi nesse contexto. Em um terceiro momento, são apresentadas narrativas ficcionais para pensar os tensionamentos provocados por essas relações, contrastando conceitos de juventudes em um encontro entre os sentidos presentes na casa da ação civil pública e aqueles idealizados pelo imaginário social e pelo sistema jurídico. Como fator mobilizador para os tensionamentos entre as diferentes juventudes, está a expressão “casa de perfil”, comumente usada para se referir às casas da ação civil pública. Repetido sem crítica, esse ‘perfil’ implica em admitir uma segregação e, com isso, reproduzir também marcas que se entrelaçam aos marcadores sociais, especialmente os de raça, classe e gênero. Por fim, é discutida a questão mencionada a respeito das possibilidades quando se está frente ao colapso, de mãos atadas, com pistas para o trabalho de uma psicologia que pode buscar a ruptura com certas amarras.

Importa ainda ressaltar que, como metodologia inventiva, faço uso da ficcionalização, construindo narrativas outras a partir de casos de adolescentes da FPERGS que se enredam em depoimentos de agentes educadores, das equipes técnicas e histórias inventadas e lançadas em espaços midiáticos. A narrativa ficcional também é real ao considerarmos que a própria ciência, por exemplo, também constrói uma narrativa. As intenções, ao utilizar este método, são, além de preservar o anonimato, de embaralhar as fontes, jogando com os discursos que são produzidos, como discutido aqui, tensionando quais construímos e quais importam, misturando realidades que se interseccionam e se interconectam, sendo um “exercício delicado a capacidade de tornar visíveis as tensões e os efeitos recíprocos entre realidades que nem sempre convergem harmonicamente, podendo, inclusive, levar a mútuas exclusões e coordenações” (GALINDO *et al.*, 2014, p. 299).

1. O ACÓRDÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA

Analisando os argumentos expostos no acórdão como justificativa para a criação da casa da ação civil pública, é possível perceber algumas contradições e/ou afirmações sem embasamento técnico. Em uma postura defensiva, que ora rebate alegações da FPE, ora já prevê de antemão aquilo que poderia ser usado para contrariar a condenação, o texto abre margem para questionamentos e interpretações. Chama a atenção, já num primeiro momento do texto, o viés de *condenação*, ou seja, a instituição foi condenada a receber os adolescentes, pois era contrária à ideia e não se julgava responsável e adequada para oferecer essa modalidade de acolhimento. As consequências de oferecer proteção e garantia de direitos a uma população na via da obrigação, de maneira forçada, é, portanto, algo a ser problematizado – possivelmente traz seus efeitos na maneira com que o trabalho foi concebido, especialmente em seus momentos mais iniciais, como será discutido a seguir.

Discorrendo acerca da inadequação da decisão judicial, a FPE traz como a principal consequência da criação da casa a possível atenção de grupos criminosos para o local. Essa justificativa logo é usada contra a própria ré, salientando que na mesma argumentação está implícito o reconhecimento de que é necessário achar uma solução para os riscos que os jovens que seriam o público-alvo correm. O Ministério Público também faz uso de uma série de sugestões na tentativa de embasar a sua decisão. Entre elas, a ideia de que a casa possa ter localização temporária, modificada de tempos em tempos, além de ter a segurança preservada com o auxílio do poder Executivo. Essa sugestão se mostrou inviável de ser colocada em prática – o que acontece, na realidade, são as transferências dos adolescentes em risco no território em que o abrigo está localizado para outro NAR, mediante avaliação das equipes e do judiciário. Entretanto, mesmo essa tentativa tem se mostrado ineficaz, pois os adolescentes seguem circulando e evadindo pelos territórios, repetindo as mesmas situações de risco, porém em lugares diferentes.

A disputa entre as responsabilidades de cada esfera pública também é um aspecto central do documento de condenação. A FPE traz a concepção de que a FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania) é a instituição com a função de receber os adolescentes, pois considera que esta é uma atribuição do município, e

não de nível estadual, além do fato de já receber egressos da Fase. Novamente, há uma contra-argumentação no sentido de explicitar que é dever de todos os âmbitos e esferas a proteção e a garantia de direitos dos adolescentes, citando trecho do ECA (BRASIL, 1990, p.51) que salienta a responsabilidade primária e solidária das três esferas de governo na efetivação dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes. É notória, dessa forma, a tentativa, tanto da ré quanto do Ministério Público, de se eximir de suas implicações, de diferentes maneiras. A FPE se utiliza da municipalização do atendimento e o Ministério Público, do poder Executivo – o que há em comum é o desejo de desimplicação em um trabalho extremamente complexo e árduo, de uma tarefa, assim, não desejada por nenhuma das partes.

Assim como a instituição de acolhimento inicia um trabalho a contragosto, também há possíveis efeitos da maneira com que o sistema judiciário se coloca nessa questão. Nesse sentido, é pertinente questionar, da mesma forma, como os diversos problemas enfrentados no acolhimento desses jovens podem estar relacionados com a falta de implicação de mais de um responsável pela proteção. Entre as problemáticas enfrentadas, podemos destacar, justamente, a manutenção das situações de risco em que os jovens seguem colocados, a precarização da estrutura das casas e a falta de incentivos à educação permanente dos trabalhadores que diariamente lidam com os acolhidos. Portanto, quando algo não ocorre da maneira esperada pelo sistema responsável pelo acórdão – como, de fato, acontece –, qual vai ser o investimento, de todas as partes, destinado à resolução desses impasses? Podemos entender que há o reconhecimento das questões extremamente complexas que podem surgir neste trabalho, todavia, ainda assim acontece um jogo de culpabilização, como se fosse iniciada uma prática conhecidamente fadada ao fracasso.

Ainda como resposta às pontuações da ré, o texto do acórdão enfatiza a possibilidade da modalidade de acolhimento familiar, trazendo os seus benefícios em relação ao institucional, como a redução de gastos frente à escassez de recursos públicos e o maior nível de segurança esperado. É citado o programa Família Acolhedora, proposta do município de Porto Alegre, que pode ser conveniada ao estado, no qual jovens em situação de risco poderiam ser acolhidos por famílias cujas condições fossem previamente avaliadas por equipes

capacitadas, em caráter provisório, diferente de adoção. Entretanto, cabe ressaltar que o supracitado “perfil” dos jovens em questão não atende às expectativas de boa parte das famílias, seja através de programas como este ou de reinserção familiar e adoção. Assim como reforçado pela criação da modalidade de acolhimento da ação civil pública, se repete na trajetória dos adolescentes em risco a exclusão. São jovens que carregam estigmas relacionados a comportamentos violentos e desafiadores, situações perigosas relacionadas ao envolvimento com o tráfico de drogas, e o teor racista dessa ação – tendo em vista que são, em maioria, negros. Em diversos casos, por exemplo, são esgotadas as tentativas de reinserção familiar ou de manutenção de vínculos, pois muitos familiares não têm condições de lidar com as situações de risco que acabam transbordando, inevitavelmente, para aqueles com quem convivem.

As vinculações à rede, especialmente em serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), também trazem questões a serem tratadas. Para conseguir proteger os acolhidos, é necessária uma boa articulação com os recursos disponíveis. No caso dos adolescentes em risco social e pessoal, o contato acaba passando mais por serviços como o CAPS/CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial/Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas), na área da saúde mental, CRAS/CREAS (Centro de Referência da Assistência Social/Centro de Referência Especializado da Assistência Social), na assistência, além da necessidade de ter como referência instituições como a Brigada Militar, por exemplo, para reportar situações como as evasões diárias e acontecimentos potencialmente perigosos para os jovens ou para a comunidade. Além disso, demais serviços que oferecem internação e/ou acolhimento para emergências, principalmente para questões de saúde mental, também são comumente acionados. Quanto aos projetos de vida para cada adolescente, é importante a vinculação a locais que oferecem atividades como cursos profissionalizantes e Jovem Aprendiz. Nessas relações, aparece uma dificuldade muito grande em fazer com que os adolescentes consigam se implicar e engajar em algo que faça sentido para eles, a ponto de oferecer atrativos que possam se sobrepor ao crime e ao desamparo nas ruas. Oferecer um espaço de cuidado ou até mesmo divertido dentro das próprias casas, seja com diálogo, intervenções ou

jogos, por exemplo, também se encaixa na proposta de trabalho e auxilia na diminuição das evasões. Entretanto, a realidade colocada é bastante desafiadora.

O convívio entre os jovens da mesma casa, por si só, acaba resultando em identificações grupais que reforçam o risco em que estão colocados. Não é raro de acontecer casos em que adolescentes têm suas situações agravadas após o convívio com colegas de acolhimento e outros membros da comunidade. A todo o momento, episódios desconcertantes podem acontecer e colocar um caráter de urgência muito comum ao trabalho nessa modalidade de acolhimento. Em relação aos jovens ameaçados de morte, grande parte foi acolhida devido à não-aceitação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), seja por parte dos próprios adolescentes ou de suas famílias, os quais apresentam motivos que dificultariam a saída do território em que se encontram. Para eles, especialmente, ao menos a minimização das evasões é essencial, mas mesmo essa tentativa costuma ser muito desafiadora nesse contexto. Faltam atrativos que os mantenham em casa e, especialmente, espaços de diálogo e vínculos fortalecidos o suficiente com os agentes educadores, os quais também se encontram sobrecarregados e desamparados frente à quantidade de situações inusitadas e desafiadoras, que muito se diferem do trabalho das expectativas de cada um e dos demais abrigos residenciais.

Encaminhamentos eficientes, portanto, seriam aqueles que protegem os adolescentes das situações de risco nas quais estão inseridos, função primordial do acolhimento. Diante da ineficácia das inúmeras intervenções e das impossibilidades colocadas, há um mal-estar generalizado na instituição, que pode, por vezes, ser traduzido na sensação de *fingir que estamos protegendo*. Mais uma vez utilizando ferramentas da análise institucional e tomando esse sentimento como um analisador, é possível pensar que algo está sendo enunciado nessa dinâmica a respeito do funcionamento da instituição e da rigidez de suas práticas frente ao colapso da macropolítica. É sabido que muitas coisas não vão bem, que o ambiente está adoecedor e que os efeitos do trabalho muitas vezes acabam por não aparecer, entretanto não há espaço para uma ruptura ou para algo que possa transformar todos esses sentimentos em uma construção coletiva. Pelo contrário, há deveres a serem cumpridos, contas a serem prestadas à instituição e a instâncias jurídicas, as

quais também vão se entrelaçar no jogo de faz-de-conta, pois há algo de um insuportável ao lidar de frente com a implicação pessoal, coletiva e institucional em um contexto tão desafiador.

Tão importante quanto as questões já mencionadas, temos o atravessamento da pandemia de COVID-19, presente na maior parte do período em que experiencio o trabalho no acolhimento institucional. O funcionamento dos serviços já citados se dá de forma bastante diferenciada nesse período – alguns, inclusive, acabam não funcionando, como é o caso de algumas atividades de cultura e lazer oferecidas nos locais da rede. Ainda, o aproveitamento que cada acolhido faz dos atendimentos propostos se dá de maneira diferente, considerando que muitos ocorrem online, também contando com limitações na estrutura, como a pouca quantidade de aparelhos eletrônicos para todos, a ineficiência da rede de internet e a falta de privacidade. Dessa forma, a maneira com que percebo e acompanho a dinâmica no acolhimento, bem como suas articulações com a rede, acaba sendo intensificada por esse viés, contemplando toda a dificuldade que a saúde, a assistência social e as políticas públicas de juventude no Brasil enfrentam nesse momento de colapso sanitário e governamental. Além disso, o período tem como característica grandes interrupções no estágio devido à dispensa dos estagiários por parte da Fundação em períodos consideráveis, causando rupturas no vínculo com as equipes, com os acolhidos e no trabalho realizado.

Ainda em relação à pandemia, o trabalho com os adolescentes da casa da ação civil pública traz mais um desafio nesse contexto: há outro risco iminente, o contágio pelo coronavírus. As constantes evasões, características desses jovens, traz o descumprimento das regras de distanciamento social, evidenciando mais uma situação em que os acolhidos, não tendo uma noção/experiência de proteção já constituída, seguem se colocando em risco. Nessa situação, a fragilidade dos vínculos e do diálogo também fica evidenciada, pois a ineficácia das conversas a respeito da conscientização em prol da saúde coletiva na pandemia, cuidando de si e do outro, se apresenta de maneira explícita.

Na ausência dos recursos discutidos e com o enrijecimento de práticas estabelecidas, sobra, por vezes, espaço para trabalhos com pouco embasamento técnico ou que aparecem como única alternativa possível diante dos desafios:

castigos e punições, medicalização excessiva, obrigatoriedade da abstinência/pouco espaço para a redução de danos, internações constantes. No acórdão, encontramos uma lógica voltada à normatização dos desvios através daquilo que se considera mais adequado socialmente. Nesse sentido, as ferramentas teóricas propostas por Foucault (2008) nos auxiliam a pensar o que acontece em uma instituição de acolhimento em diferentes âmbitos. Com a tentativa de adequar jovens percebidos na via de um desvio comportamental que precisam ser corrigidos com o acolhimento, estamos frente a algo que se aproxima de uma prática disciplinar – não prevista no trabalho no abrigo residencial, aproximando-se muito mais da lógica por trás das medidas socioeducativas da Fase ou da extinta Febem, onde tal prática poderia se encaixar melhor. Portanto, é como se houvesse um comportamento errado que deve ser punido e servir, assim, de exemplo para que os demais não façam igual – raciocínio simples, que se encerra nesse ponto, sem levar quaisquer outras questões em consideração.

Por outro lado, é compreensível que em casos graves como os recebidos na casa da ação civil pública, acabe sendo, por vezes, necessária a utilização de estratégias de maior contenção, como o uso de psicotrópicos e internação. Entretanto, quando isso se torna corriqueiro devido à falha de outras possibilidades, é preciso trabalhar em direção à desnaturalização do nosso trabalho. Caso contrário, compactuamos com a busca pelo controle dos corpos através da autorização concedida pela via médica e jurídica, sem que essa seja, de fato, a melhor via. Não há necessariamente juízo de valor quando falamos nesse poder sobre os corpos; porém, quando ele se dá sem qualquer questionamento devido à total paralisação de outras forças possíveis, de maneira naturalizada, pode ser importante voltar nossa atenção ao objetivo do nosso trabalho.

O entendimento de que o abrigo não pode prender ninguém é nítido, entretanto, ao se deparar a todo o momento com situações que colocam esse posicionamento à prova exigindo uma aposta no diálogo sobre as consequências dos atos de cada um e da importância do cuidado, acaba sendo pertinente retomar a atenção ao que antes parecia óbvio, em um contexto diferente. As famílias acompanhadas pelos NARs da FPE já eram caracterizadas por situações difíceis e complexas que exigiam um trabalho em rede, porém, não nessa intensidade e com

o estigma de uma “casa de perfil”. Da mesma forma, algo que não era tão urgente aos olhos, acaba se tornando um emergente importante a ser problematizado, como as evasões, quando estas são muito menos frequentes com os demais acolhidos. Por fim, o assunto da maioridade e que encaminhamento fazer quando o jovem deve passar pelo processo de desligamento institucional também não era tão presente, exceto em casos pontuais em que algum fator impossibilitava a adoção ou o acolhido já chegava próximo dos dezoito anos. Nesse sentido, a criação das casas da ação civil pública impõe um funcionamento diferenciado à FPE, a qual não estava habituada a lidar com situações que exigem intervenções fortes e desafiadoras como as mencionadas e, ao mesmo tempo, passam a desnaturalizar um cotidiano já tomado por práticas segregantes.

2. AS RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA, JUSTIÇA E JUVENTUDE

Para seguirmos nossa discussão, importa problematizar como vem acontecendo a relação entre psicologia e juventude pode ser vista sob diferentes perspectivas e objetivos. Historicamente, as áreas psi buscam suas maneiras de avaliar os sujeitos tendo como base um ideal de normalidade, embora o destaque das análises acabe recaindo justamente naqueles que escapam do padrão. Nesse sentido, conceitos que lançam olhar sobre períodos da vida a partir da ótica desenvolvimentista classificam, por exemplo, a adolescência como uma das etapas normais do percurso do ser humano, trazendo características clássicas como a busca da independência frente aos pais rumo à identificação com grupos de pares, fortalecimento da identidade, revolta, entre outros (WINNICOTT; 1961/2001; RUFFINO, 1981-1982; RAPPAPORT, 1982).

Embora autores contemporâneos (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; BOCCO, 2006) se esforcem para ampliar a análise da adolescência, analisando a maneira completamente distinta em que ela se dá em culturas não-ocidentais, além de desassociar o conceito da idade correspondente, muitas interpretações ainda carregam a ideia de algo que se espera que aconteça de uma maneira ou de outra em algum momento, mais ou menos de acordo com o previsto em determinado contexto ou marcos do desenvolvimento.

De maneira distinta, falar de juventude nos abre um leque possivelmente maior para nosso campo de análise. Em diferentes momentos da história, os jovens foram precursores de movimentos que desconcertavam aquilo que estava instituído, comumente em tom revolucionário, expressando calorosamente seus incômodos, caso de movimentos estudantis expressivos como o dos secundaristas em 2016, que ocuparam diversas instituições de educação no Brasil em reivindicação aos seus direitos e por melhores condições neste contexto. Esse mesmo movimento, inclusive, foi alvo de constantes marginalizações em âmbito nacional, seja por parte da polícia e de forças que supostamente atuavam em nome da justiça e do patrimônio, ou através de jogos políticos que se utilizavam da facilidade que pode haver em criminalizar a juventude combativa. Nesse sentido, é possível questionar: tendo como base as normalizações quanto à adolescência, será que a característica

de resistência que presente nos jovens que participam de movimentos como esses pode ser resumida ao enfrentamento parental ou há um contexto histórico-político - como a luta pelas políticas públicas de educação, que sofrem ataques no país - entrelaçado em diferentes âmbitos?

Embora não seja livre de suas generalizações, falar em juventude traz a oportunidade de trabalhar com seu caráter amplo e daquilo que é novidade, algo com que não estamos habituados – como se utilizássemos características já dadas da adolescência, porém reconhecendo seu caráter político e extremamente amplo e complexo. Juventude, então, acaba por não ser uma etapa da vida (embora, neste texto, esteja atrelada ao público de até dezoito anos dos abrigos da ação civil pública), pois não está relacionada a características do desenvolvimento humano, mas sim à implicação em desnaturalizar aquilo que acontece sem que muitas vezes nos questionemos o porquê, ou seja, de produzir um outro em meio ao instituído (BOCCO, 2006).

De maneira semelhante, a relação entre psicologia e justiça tem diferentes implicações, a depender do entendimento que se tem do campo de análise e de atuação. Desde o século passado, o profissional da psicologia foi convocado a ocupar um lugar de perito, aquele com capacidade técnica para avaliar as influências de questões psicológicas em acontecimentos que resultam em apreciações jurídicas. Assim, fica responsável por emitir laudos e pareceres que tentam investigar aspectos como a existência de transtornos mentais e as consequentes implicações em crimes diversos, vulnerabilidades psíquicas que levam a determinados comportamentos, entre outras relações que comumente buscam uma explicação do tipo causa-efeito, sem levar em consideração aspectos éticos-políticos e sócio-culturais.

Há, portanto, uma crença na possibilidade de um saber cientificista que, do alto de sua neutralidade, descobre aquilo que está oculto dos demais (COIMBRA et al., 2013) Manter esses pressupostos seria algo coerente à origem da própria psicologia em si, que teve que se adequar às exigências das ciências exatas para obter validação. Sendo assim, o próprio mercado e a atuação do psicólogo podem ser colocados em xeque ao não aderir a esse funcionamento. Essa problemática, essencialmente pertencente ao sistema capitalista que se entrelaça às nossas

práticas, traz consigo receios quanto à (des)valorização que será direcionada ao trabalho, tido por vezes como insuficiente ou inconclusivo quando não há um parecer nítido e objetivo referente a uma situação complexa, podendo haver consequências no lugar que cada profissional ocupa no mercado. Da mesma forma, não responder a essa demanda como esperado pode colocar em risco, momentaneamente ou não, o lugar de saber-poder conquistado.

Também aqui é possível fazer um tensionamento no sentido de pensar a serviço de que nossa prática está servindo. No caso da psicologia no acolhimento institucional de jovens em conflito com a lei e/ou ameaçados de morte, seguir essa mesma lógica de trabalho historicamente conhecida, sem que haja uma crítica a respeito de seu propósito, pode acabar resultando em mais uma violação de direitos daqueles que devem ser protegidos. Nesse contexto, exercer um papel investigativo, tendo como foco o histórico infracional em si, buscando estabelecer explicações relativas ao porquê de terem sido cometidos ou fiscalizando possíveis desvios de conduta acaba sendo contraditório ao papel da psicologia, aproximando-se apenas de um fazer policial e judicial (BOCCO, 2013).

“Se há alguma atribuição da psicologia e das demais profissões, no contemporâneo, diria que é o de ser utópica, de permitir-se instaurar outras lógicas, de ser criativa, pois apenas via novos caminhos poderemos dar lugar a novas realidades. No contato direto com os jovens e crianças marginalizados, isso se traduz em relações de acolhida, de escuta, de encontro, de abertura, para o que surge no diálogo, sem formato pré-estabelecido que previamente rotula o sujeito como “perigoso”, “potencialmente violento”, “antissocial”, da “carreira do crime”, entre outras tantas nomenclaturas ouvidas” (BOCCO, 2013, p.120)

Assim, recorreremos a coisas tão caras à psicologia: a escuta e o encontro com um outro a respeito do qual nos abstermos de quaisquer julgamentos de valor, porém nos implicamos para que dali seja produzido algo diferente, justamente nessa relação. Portanto, embora no contexto do acolhimento demandas jurídicas sejam necessárias e surjam a todo o momento, não pode ser condizente com nossa proposta de trabalho apenas respondê-las sem levar em conta aquilo que sabemos mais através do contato, da vinculação e da implicação com o acolhido do que o que lemos/ouvimos/imaginamos precipitadamente. Nesse sentido, talvez seja

impossível e desnecessário abdicar do lugar que se tem no judiciário, mas há o desafio de ocupá-lo de maneira ético-política ao invés de seguir em direção à manutenção da judicialização da vida – especialmente as destituídas de seus direitos e marginalizadas, aquelas que mais sofrem com esse processo.

Para que isso seja possível, há um árduo caminho a ser trilhado: com a implicação também vêm o sofrimento e a história próprios de cada profissional. Nas casas da ação civil pública, é comum o incômodo gerado pela maneira com que os jovens se dirigem às equipes, com uma comunicação violenta, como uma reação à violência que sofrem. Todavia, é pertinente problematizar não o indivíduo a quem/o que estes acolhidos estão xingando, mas como esse fato gera um incômodo tão grande a ponto de resultar em respostas agressivas. Os jovens estão em uma série de situações complexas, algumas novas, outras já experienciadas. Além de questões comuns ao acolhimento institucional, como o afastamento/abandono da família e o longo histórico de vulnerabilizações e violências, os jovens dessa casa também passam por questões específicas, como a dificuldade em encontrar pertencimento no lugar onde lhes foi dada a oportunidade de buscá-lo: nas ruas ou no tráfico. Os jovens que, de fato, se vinculam e conseguem estabelecer uma posição relevante em seus territórios são presentes no acolhimento, assim como aqueles que, por algum motivo, falharam em obter essa posição, tiveram problemas com o tráfico, e acabaram necessitando de proteção..

Uma vinculação bem estabelecida, através da escuta, do afeto e da sensibilidade é, assim, uma oportunidade de descobrir o que possa lhes dar algo que remeta a um pertencimento, seja a pessoas, grupos, talentos, atividades, locais. Dificilmente a construção dessa relação se dará sem que passe por momentos turbulentos em que seja difícil para os jovens receberem cuidado e proteção de maneira institucionalizada, diferentes do afeto que recebiam anteriormente, além de existirem regras que tentem os afastar, na teoria, justamente daquilo que os convoca socialmente.

Cabe ressaltar as diferenças perceptíveis na aproximação e no acolhimento entre crianças e jovens da ação civil pública. Na história da assistência às crianças abandonadas no Brasil, sempre houve um aspecto religioso e moral, no qual a infância teve um olhar diferenciado. Isso se aplica especialmente aos bebês, dos

quais as pessoas se sentiam moral e religiosamente convocadas a auxiliar, embora comumente também pensassem nos ganhos que poderiam ter futuramente, como mão de obra e auxílio financeiro, segundo Marcílio (2019), se tornando uma criança, um sujeito em dívida com um estado que o/a salvou. Ainda de acordo com a autora, já havia uma relação entre a assistência a essas crianças e àquelas que cometiam delitos, após os anos 1960, com a emergência do Estado do Bem-Estar do Menor. Não por acaso, instituições já extintas, como a Febem, se responsabilizavam por ambos os casos, muito embora se saiba que o tratamento destinado a cada um se diferenciava muito.

A FPERGS, apesar de sua proposta teoricamente combinar muito mais com a história da assistência às crianças no Brasil a partir da década de 1960, acaba tendo um encontro também com o histórico das medidas socioeducativas, a partir das casas da ação civil pública. Se nas casas antigas de acolhimento de crianças e adolescentes a judicialização da vida passa por problemáticas como o gerenciamento do Estado sobre o que é ser uma boa mãe ou um bom pai e uma família heteronormativa considerada estruturada, o histórico em desvalidar pais pobres, considerando-os inaptos a cuidarem de seus filhos ao invés de auxiliá-los com políticas públicas, as novas casas específicas se tornam uma ferramenta necropolítica, papel desempenhado pelo Estado em decidir aqueles que devem ser exterminados. O desamparo que resta aos adolescentes, encaminhados como última opção ao acolhimento institucional, fica evidente ao não haver planejamento quanto à maioridade, tendo em vista o despreparo e a recusa de uma série de locais em receber esses jovens após os dezoito anos, restando apenas o retorno às situações de risco ou infinitas internações.

3. A REALIDADE ENQUANTO FICÇÃO: PRODUÇÃO DE NARRATIVAS

Antes das narrativas serem apresentadas, um alerta: esse texto não tem a pretensão de assumir uma história baseada na “realidade”, naquilo que se tem como verdade sobre falas e acontecimentos. Ainda que tivessem esse objetivo, estariam entrelaçadas à minha experiência e vivência, portanto a parcialidade está assumidamente presente em cada palavra desta escrita.

Assumir a não-neutralidade vai ao encontro da própria temática aqui apresentada. Toda narrativa é uma produção, seja ela apresentada como real ou ficção. Nesse sentido, as histórias que serão apresentadas possuem elementos da minha experiência no acolhimento, de narrativas criadas a partir dessas vivências e do embaralhar de fontes (GALINDO *et al.*, 2014) diversas, sejam elas entre diferentes adolescentes e crianças da FPERGS, profissionais de dentro e fora da instituição, elementos ficcionais e/ou literários. O objetivo, portanto, é a provocação, justamente, de uma leitura em que o “real” não seja distinguido da ficção.

Como situado por Adichie (2019), é perigosa a existência de uma história única, que reduz determinadas pessoas ou grupos a certas características, como no exemplo da escritora nigeriana que, antes de conhecer a literatura de seu próprio país, construía personagens como aqueles que lia, brancos e com costumes tipicamente europeus. De forma distinta, pessoas africanas como ela eram representadas nas histórias unicamente sob o olhar da miséria, questão que a fez repensar sua escrita e construir sua brilhante carreira enquanto escritora, após o encontro com características singulares de seu povo, não apresentadas naquilo que lia.

Dessa maneira, aqui a proposta segue a intenção de provocar um olhar outro para os adolescentes das casas da ação civil pública, que contemple suas subjetividades e potenciais para além daquilo que já está institucionalizado e estereotipado. Existe algo que vai além do tráfico, do uso de drogas, da pobreza, da vulnerabilidade social e de tantas características associadas a essas questões. Há vitalidade que ultrapassa as barreiras da morte e há sobrevivência. Existe também aquilo que caracteriza a juventude de uma outra forma, como citado anteriormente, relacionada ao ímpeto por mudança, revolução e criação de novas formas de vida,

embora esse aspecto, muitas vezes, apenas seja visto sob a óptica da juventude da classe média e branca.

Entre diversos casos, aqueles escolhidos foram os que mais trouxeram questões à problemática da paralisia diante do fazer da psicologia no acolhimento com jovens em conflito com a lei ou com risco de vida. Coerentemente à proposta de ampliar o conceito de juventudes e discutir as consequências desse posicionamento, os casos se misturam e se distinguem ao mesmo tempo. Há algo de único em cada um e que se relaciona justamente com a maneira com que são trabalhados distintamente nas equipes e no imaginário social, mas também aquilo que permeia, de alguma forma, as diferentes histórias, mesmo quando não reconhecidas em suas semelhanças. Nesse sentido, há, ainda, o objetivo de causar uma provocação acerca da linha tênue entre o que pode ser considerado algo parecido ou não em cada história.

3.1 A menina-mulher dos impossíveis

A narrativa começa por Melissa, adolescente negra³ que, aos 16 anos, chega ao acolhimento aparentemente reservada com as pessoas das equipes entrando e saindo da casa, mas bem articulada e “esperta”, diriam alguns que a conhecem. Pertencimento talvez seja a palavra que mais tenha lhe feito – ou não – sentido ao produzir a sua narrativa. Pertencimento a que, com quem, onde, em que condições? A adolescente ouviu, cotidianamente, histórias sobre colegas de acolhimento que se encaixam no futebol, no funk, no tricô, entre vários elementos que, de alguma forma, cumprem a função de se fazer presente a sensação de pertencimento a algo. Seu pertencimento, em algum momento, se situou naquilo que é fora da lei, à margem da proteção.

O local ao qual ela chega carrega princípios norteadores, tais como: diálogo, vínculo, escuta, autonomia, protagonismo, respeito, corresponsabilização, diversidade, empatia, cuidado, aprendizagem e flexibilidade. Entre esses princípios, talvez alguns deles nunca tivessem sido experienciados por Melissa da forma idealizada e impositiva (como visto no termo “introjetar”, no acórdão) como consta nas diretrizes técnicas. Entretanto, é importante o entendimento de que tudo isso pode fazer, de alguma maneira, parte do repertório da adolescente. Neste mesmo lugar, talvez não seja possível se guiar por esses valores. Afinal, que condições estão sendo dadas para que cada um que trabalha na proteção da adolescente coloque em prática aquilo que leu, ouviu, ou talvez nem tenha tido a oportunidade de ter conhecimento sobre?

Nesse sentido, questões macro e micropolíticas se entrelaçam, Melissa, em uma de suas expressões mais utilizadas, menciona suas saídas para encontrar “seu pessoal”. Esse mesmo pessoal, em sua fala, é compreendido pelos trabalhadores como uma fonte de identificação, de encontro consigo mesma e, inevitavelmente, do retorno às suas origens, as quais remetem, entre outras coisas, ao tráfico e ao uso abusivo de drogas. Para encontrar essas pessoas, Melissa se colocava em uma série de evasões – termo utilizado para a saída de um(a) acolhido(a) do abrigo sem

³ A declaração racial nem sempre é coerente nos prontuários. Por vezes, seja nos documentos da própria instituição ou de outros locais pelos quais o/a acolhido/a passou, há divergência entre o que é colocado no quesito “cor”, não se tratando de autodeclaração.

autorização – e, principalmente, em situações de risco, motivo justamente pelo qual foi inserida na instituição.

Para que se cumpra a função do acolhimento de protegê-la, que recursos poderiam ser utilizados para que Melissa encontrasse, na casa, algo que fizesse laço com seus desejos e identificações? Algo que a fizesse sentir pertencente? Para mobilizar essas questões em Melissa, é necessário, para o profissional a acolhida, suportar ficar sem um lugar. Para isso, é essencial que haja suporte, tanto do lado da jovem, quanto do profissional. Essas questões, certamente, seguem em discussão, novamente colocando em xeque aspectos de âmbitos diversos. Temos, de um lado, questões macropolíticas que vão desde o sucateamento das políticas públicas no Brasil há, ao menos, cinco anos, dificultando o preparo dos profissionais e a estrutura das instalações do abrigo; de outro, a institucionalização de práticas enraizadas que atua implicitamente no trabalho de cada servidor(a) com cada acolhido(a/u), tanto através de sua história de vida particular, quanto laboral. Entretanto, esses elementos não são separados, como didaticamente mencionamos; eles se entrelaçam e produzem um modo outro de atuar no acolhimento, sendo transformado a cada dia, a cada intervenção.

Institucionalmente, o automático seria pensar em assistir televisão, descansar, conversar, ou seja, práticas cotidianas de qualquer residência. No caso de Melissa, também houve a tentativa de inserção em oficinas de xadrez em conjunto ao tratamento no CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas), tratamento psicológico e profissionalização. Entretanto, nada disso fazia mais sentido para Melissa do que as evasões diárias com “seu pessoal”, incluindo a circulação em locais bastantes distantes do abrigo, onde havia risco para ela. A proteção que o estado previu se tornou em um agravamento da sua situação de risco, em níveis psicossociais, sexuais e físicos. Melissa, em uma de suas saídas, sofreu violência sexual e passou, a partir dali, a fazer uso abusivo de crack.

Em determinados episódios, outras falas ecoavam em sua mente, como a obrigatoriedade da abstinência. Melissa não tinha o desejo, quiçá condições de parar totalmente com o uso de drogas como crack, por exemplo, embora em um de seus planos de atendimento constasse medicações que não poderiam ser usadas concomitantemente às substâncias que ela utilizava. Enquanto a situação de

vulnerabilidade de Melissa se agravava mais a cada dia, a sensação de impotência daqueles que a cercavam ia pelo mesmo caminho. Desde silêncios a mal-estares explícitos, o caso se tornou delicado para todos que o acompanhavam, em diversos serviços.

Melissa traz à tona o contraste entre diferentes tipos de paralisações. Primeiramente, o sentimento de “mãos atadas”, impedimento de realizar qualquer ação, o lidar com o insuportável ao perceber o impossível no próprio trabalho, no cuidado com o outro, nas tramas institucionais, na relação com a própria adolescente. Entretanto, após seu desligamento do abrigo, houve um disparador para o questionamento do funcionamento institucional nos serviços, um parar para se auto analisar e pensar que: que proteção é essa? Ou como repetidas vezes dito, “estamos fingindo que estamos protegendo”? É tomando esses questionamentos como ponto de partida que a paralisia e a tensão podem se tornar disparadores para a desnaturalização de nossas práticas, de repensar o trabalho realizado, de atuar em resistência aos antigos hábitos e àquilo que remete mais ao trabalho da “antiga ”FEBEM” ou da Fase, por exemplo, do que de uma instituição que tem como alicerce a proteção e a garantia de direitos fundamentais. Portanto, é preciso o momento de não se saber mais o que se faz, para que algo novo possa emergir dessa tensão (LAZZAROTTO; CARVALHO; BECKER, 2013).

Juntamente à vulnerabilidade social, Melissa conseguiu se fazer percebida em seus potenciais. Seja com suas habilidades para a pintura e para o xadrez, seu avanço escolar considerável em comparação com demais adolescentes da casa ou com suas demonstrações de afeto com quem convivia, há vida ali onde, talvez em alguns momentos, só se pudesse pensar na mortalidade. Diversas vezes, a adolescente demonstrou sua capacidade de seguir seu próprio caminho, sem necessariamente o fardo de carregar a história familiar em suas costas.

Mesmo com o distanciamento provocado pelo agravamento de sua condição, Melissa teve o abrigo como referência quando precisava de algo. Em casos em que suspeitava de gravidez, de um pai que se encontrava preso, ou quando necessitava de avaliação quanto ao uso de anticoncepcionais, era ao acolhimento que ela recorria para que os devidos encaminhamentos fossem feitos.. As procuras aconteciam mesmo quando Melissa percebia a quantidade excessiva de demandas

recebidas do acolhimento, que impossibilitaram a utilização da oportunidade de sua presença para retomar o vínculo e ajudá-la a aderir a algum tratamento, caracterizando as impossibilidades de práticas de governo ou estatais.

Além de todos os questionamentos, Melissa também traz à discussão, com sua história, a marca do gênero na garantia da equidade na garantia de direitos. Provavelmente, lidar com a possibilidade de gravidez psicológica de uma adolescente, autorização ou não para retirada de DIU e violência doméstica são assuntos de extrema relevância e que fogem do automático, necessitam de um para analisar, escutar e discutir, não podendo ser tratada da mesma forma que casos que estão mais focados em outras questões.

A forma com que a identidade e a identificação foram abordadas pode ser questionada. Quando se tem algo já dado, a tendência é que se permaneça paralisado e se reforce aquilo que vai em direção à manutenção de um status pré-existente. Melissa traz à tona a maneira estanca com que sua constituição pode ser percebida por sua família e por aqueles, representantes do Estado, que buscam protegê-la. Quanto menos se tem a possibilidade de escutar, mais se supõe. Nesse sentido, diante de todas as suas impossibilidades, Melissa é tida como alguém já destinada a seguir o mesmo rumo de sua família biológica e de seus amigos, pois aquilo que se descobriu como algo que chamava a sua atenção coincide com o que já era esperado dela – não por acaso, foi isso que mais chamou a atenção, em detrimento de outras questões de sua vida.

Quanto a ser “esperta”, Melissa sempre se questionou, reverberando seus pensamentos inquietos, por que a chamavam assim: será que era porque ela era muito boa em culinária? Porque foi bem na escola? Ou será que porque conseguiu esconder drogas na casa sem ser notada? A menina nunca conseguiu comunicar suas questões com ninguém, apenas ria e fazia uma piada, como todos já a conheciam, sempre que mencionavam o assunto. Assim era mais fácil de lidar com a situação. Ser esperta também não pode ser visto como algo essencialmente ruim, pois, em contextos como esse acaba indicando a capacidade de se adaptar para sobreviver a situações muito desafiadoras. Fazer parte desse contexto e conseguir controlá-lo indica, desse modo, a capacidade de Melissa em se encaixar em lugares que lhe aparecem como uma possibilidade, por mais desafiadores que sejam. Não

se questiona a esperteza em outros casos, como, por exemplo, no contexto acadêmico, quando se vai atrás de requisitos exigidos para ocupar vagas em bolsas/pós graduações, se adaptando.

Sobre o tema da identidade e do pertencimento, podemos recorrer à Judith Butler e Achille Mbembe, que trazem ferramentas interessantes para pensar as políticas identitárias (ALVES; ALKMIN, 2021). Como ponto comum entre os autores, há a posição crítica em relação a possíveis contradições de movimentos que acabam reforçando justamente aquilo a que buscam se opor, como a exclusão proporcionada pela manutenção de identidades estáveis e inflexíveis. Butler, por exemplo, se utiliza do conceito de precariedade para encontrar o que é comum entre os diferentes grupos que lutam por direitos igualitários: a dificuldade acentuada – em comparação com grupos não-diferenciados, como pessoas brancas, cisgênero e heterossexuais, por exemplo – para que se tenha acesso a redes de apoio e condições de prosperidade, que seguiriam rumo à manutenção da vida com direitos essenciais. Dessa forma, há um grande potencial na aliança entre grupos unidos por este ponto em comum, ao invés de por identidades estáveis.

Não se trata de desvalidar a existência de movimentos sociais cujo trabalho teve como consequência, historicamente, a garantia de uma série de direitos importantes ‘universais’⁴. Cabe, nesse contexto, a desnaturalização daquilo que se entende por identidade de maneiras estáveis e naturalizadas, que vão ao encontro de normatizações sociais problematizadas pelos mesmos grupos. Nesse sentido,

[...] nos leva, pelo contrário, a reconhecer um momento desidentitário em toda forma de identidade e, inversamente, um momento identitário em todo processo de desidentificação. A identidade deixa de constituir necessariamente uma prisão, pois se encontra, em maior ou menor grau, atravessada por multiplicidades indeterminadas. Mas, pela mesma razão, tampouco uma noção de integridade pessoal completamente determinada, “intacta”, pode figurar como telos emancipatório das lutas sociais. (BUENO, 2017, p. 318)

⁴ Direitos considerados universais são aqueles que asseguram a todas pessoas e suas famílias saúde e bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis.

Assim, as discussões sobre marcadores sociais trazidas partem da discussão dos casos, e não o oposto. Dessa maneira, é possível tomar cuidado para que não se estabeleçam relações do tipo causa-efeito entre situações vivenciadas por quaisquer adolescentes e os marcadores de gênero e raça. Também é possível de se fazer uma discussão mais ampla, como a proporcionada a partir do questionamento de por que ser comum mencionar, ao narrar casos, que uma pessoa é negra, mas não se fazer o mesmo quando ela é branca – ou seja, por que apenas pessoas negras são marcadas e têm que se colocar nas discussões? Esse debate está relacionado ao tema da branquitude, que busca implicar pessoas brancas (que não se consideram racializadas) em questões relativas ao racismo estrutural, pensando o lugar que ocupam nessa rede.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o narrador deste texto é um homem branco, portanto minha narrativa também partiu da experiência como estagiário com esses marcadores, na qual passei a me questionar, entre outras perguntas, sobre como analisar o lugar que ocupamos, na psicologia, ao problematizar vivências que não compartilhamos. Portanto, eticamente a narrativa aqui assumida tem como pressuposto a noção de que não falamos de um lugar neutro. Não é possível sermos, como suposto em outras áreas de atuação da psicologia, um “ouvido na parede”, o qual apenas escuta aquilo que está sendo dito, sem estar envolvido na trama. Dessa forma, falar sobre a branquitude é também colocar-se nas narrativas com o reconhecimento de que as duas (a branquitude e a narrativa) se entrelaçam, ou seja, narro a partir de um lugar que deve ser nomeado. Essa percepção é importante para não cair em uma posição de culpa branca, como mencionada por Nascimento (2020), na qual há um excesso ao se deparar com os privilégios brancos que sustentam o racismo estrutural - a análise das realidades com as quais trabalhei não necessita da apropriação de um lugar diferenciado de saber e de fala,

Como dito por Mbembe (2018, p. 170), “só é possível problematizar a identidade negra enquanto devir”. Portanto, a raça seria, para o autor, é também uma ficção, chamada de “ficção útil”, que atuaria em prol da distribuição de grupos populacionais em hierarquias, justificando as vulnerabilidades sofridas por alguns e as ações do Estado em relação a eles. O racismo é, também, uma ferramenta

necropolítica, no sentido de ter o poder para definir que vidas negras não valem o mesmo luto de uma vida branca.

Com silêncios e mal-estares, Melissa deixa o acolhimento após completar a maioridade com a sua antiga companheira, a Vulnerabilidade Social. O relacionamento entre elas, entre idas e vindas, está mais íntimo do que nunca, dessa vez escancarado, para que todos saibam.

3.2. A Vulnerabilidade Social bate à porta (e meio que não vai embora)

Mencionada por muitos, a todo o momento, a Vulnerabilidade Social resolve aparecer, sem autorização, descoberta do véu que costumava tapar seu rosto. Ela tem uma cara comum, dificilmente distinguida de outras e, finalmente vista de perto, já não choca mais ninguém. A Vulnerabilidade foi tão citada que fica surpresa ao notar que, na verdade, ninguém ali havia conseguido, até então, conhecê-la melhor; sentiu-se genérica. Todos ficam em silêncio, como se perplexos por alguns segundos, e logo dão as costas e voltam às atividades que realizavam, afinal, há muito trabalho a ser feito.

Ao dizer até logo, Vulnerabilidade Social esperava uma despedida calorosa e bem-organizada, mas, assim que avisou que acompanharia Melissa em sua nova casa, saiu sem grandes alongamentos, embora notada. Citaram seu nome tantas vezes que pensou ter admiradores no local – estava enganada, ninguém sequer reconhecia seu rosto. Embora as coisas tenham acontecido tão rapidamente, por algum motivo sentiu que a sua presença seria bastante lembrada a partir daquele momento, e que nada mais seria igual naquele abrigo.

Não era apenas intuição. Após sua chegada relâmpago, reuniões e mais reuniões a seu respeito – estava difícil de acompanhar. Ela espionava sempre de longe, mas esperta. Por algum motivo, sua presença causou uma série de perguntas em todos os adultos que ali trabalhavam. Ela nem imaginava que, além de todas aquelas questões que conseguiu ouvir, ainda havia muitas outras a serem (ou não) colocadas.

Por esses e outros motivos, a Vulnerabilidade Social permaneceu por ali. Como figura mítica que parecia, seguiu perseguindo muitos dos que estavam naquele lugar. Às vezes, causava mais estranhamento a percepção de que era como se ela conseguisse ocupar mais de um local ao mesmo tempo. Por isso, sua figura seguiu apresentando seu caráter folclórico de antes, apesar das mudanças que causou no último encontro. Ou seja, ainda há um mistério sobre ela e um desconhecimento geral sobre muitos de seus aspectos que antes estavam cobertos pelo véu.

Ela apareceu neste momento mais recente de forma arrebatadora, mas aos poucos foi deixando a sensação de que poderia ir assumindo diferentes faces debaixo de seu véu. Ela definitivamente não aparecia da mesma maneira para todos, havia algo surpreendente e único em cada passagem sua por aqueles corredores gelados e (sobre)carregados de histórias.

3.3. Comum de dois

Jennifer, adolescente negra, trans de 16 anos, encontra-se em situação de conflito com a lei e com a família, a qual a abandonou por receio de que a prostituição desorganizasse seus irmãos, medo que se repetiu em outros locais pelos quais passou. Retomando as percepções possíveis acerca do conceito de identidade, não seria interessante que Jennifer fosse analisada sob uma ótica identitária. Ela não deveria ser vista apenas como mulher, como negra ou como trans: ela é uma mulher negra e trans.

Assim como Melissa, Jennifer trouxe questões inéditas para aquele acolhimento, a ver: o uso dos pronomes. Ainda na fase de transição, a adolescente preferia ser chamada no masculino, alegando não estar preparada para o feminino. Interessantemente, houve questionamento, após a sua chegada, sobre tratamento no masculino ou no feminino, pois Jennifer usava roupas e cabelo socialmente atribuídos às meninas e não tinha documentação com nome social. É importante levar em conta a tentativa da equipe de entender seus pronomes, considerando que registros no prontuário e informações intermediadas por outras pessoas não são o suficientes e, sempre é importante escutar a acolhida.

Favero e Machado (2019) discutem sobre transexualidade na infância, especialmente no contexto clínico. As autoras trazem a necessidade que observam nos pais em receberem um “diagnóstico”, uma avaliação que diga se seus/uas filhos/as são cis ou trans. Sobre isso, Favero e Machado têm o entendimento de que não se pode ter pressa em definir a transexualidade ou não, sendo importante oportunizar a existência de um ambiente seguro para a experimentação das crianças/adolescentes. Independente de seguirem ou não os padrões binários, se faz necessário encontrar um caminho para além da binariedade. Nesse sentido, o questionamento da equipe vai ao encontro do posicionamento das autoras.

Jennifer também trouxe a importância do acompanhamento em um serviço de saúde que atenda às necessidades das pessoas trans, como quando foi encaminhada ao Ambulatório Trans em Porto Alegre⁵. Lá pôde ser acolhida em

⁵ Ambulatório trans do Centro de Saúde Modelo, em Porto Alegre (Rua Jerônimo de Ornellas, 55). Disponibiliza atendimento integral, incluindo consultas, exames, hormonização e encaminhamentos para psicoterapia e cirurgias de redesignação de sexo.

relação a questões referentes a hormônios, por exemplo, e todas as questões biossociais relacionadas a isso.

Em determinados momentos, ocorreu algo que escapou do cotidiano, como se essas experiências provocassem um furo que rompesse com alguns nós que mantinham as mãos de todos atadas. Por exemplo, a disposição da equipe em buscar conhecer Jennifer melhor e ouvir sobre como está sendo o seu processo de encontro com sua identidade de gênero e como prefere o uso dos pronomes, assim como o encaminhamento para o ambulatório trans, o qual se difere daqueles pensados comumente, como os serviços da assistência social (CRAS e CREAS, principalmente) e outros em saúde mental (CAPS/CAPS AD). Assim como na gramática se distingue um substantivo que é comum de dois gêneros pela presença de artigos e adjetivos, enquanto ainda estava no seu momento de entendimento da sua identificação, Jennifer pôde ser percebida através de seu próprio discurso, que atuaram de maneira semelhante às classes gramaticais. Foi necessário percebê-la para além da binariedade dos substantivos comuns de dois, como retratado na música Comum de Dois, da cantora Pitty (2011), em um contexto diferente:

Precisou correr
Uma vida pra entender
Que ele era assim
Um comum de dois
E hoje vai sair
Com a melhor lingerie
Não pra afrontar
Só quer se divertir
Mas ele afrontou
Provocou
Assombrou
Incomodou
E ele nem ligou

Entretanto, também restaram muitos nós, por exemplo, algo que se repete como um sintoma institucional: a dificuldade de encontrar um local que a receba quando atingisse 18 anos. Seja devido ao uso de SPA (substâncias psicoativas) ou à prostituição, há muitas restrições em muitos locais, os quais repetem, com as suas particularidades, a exclusão já vivenciada por ser uma adolescente em situação de conflito com a lei, porém de maneira agravada. Dessa forma, a Vulnerabilidade também acabou encontrando Jennifer com muita proximidade, pois lhe chamava muito a atenção a necropolítica que a sondava, que se dava de maneira diferenciada pelo fato de ser trans e negra. Apesar de a Vulnerabilidade ter sido impedida de aparecer de maneira tão presente nos momentos de “furo” citados acima, ela deu o seu jeito de continuar ali, assustando, com sua aparência misteriosa e chocante, pessoas novas que Jennifer conhecia, como as responsáveis pelos locais que se recusaram a recebê-la após a maioridade. Assim, as duas seguiram andando lado a lado, pois a personagem da história que alguns esperavam que fosse ser expulsa em ambientes acolhedores, acabou levando, junto com ela, em tom de muito choque com aquilo que as ligava, como a muito lembrada pela Vulnerabilidade, prostituição, em condições como o fato de ser menor de idade, não ter conhecimento/oportunidade de recebê-lo sobre métodos preventivos e locais de apoio para ajudá-la em relação a isso ou a outros casos de violência.

3.4 Um garoto meio estranho, mas de bom coração

Júnior, adolescente branco de 17 anos, logo mostra algo que se diferencia de seus colegas de acolhimento. Diferente dos demais, não possui envolvimento com o tráfico, é mais introvertido e acaba tendo problemas na relação com os pares na casa, sendo roubado e sofrendo exclusão. O motivo da sua chegada ao abrigo foi causado pelas diversas explorações, de diferentes tipos, que recebeu em outro local, resultando em uma vingança de sua parte. Embora se trate de uma violação de direitos assim como dos demais adolescentes, todo o seu contexto o coloca, no imaginário social, num lugar de vítima que se diferencia do ocupado pelos outros jovens até então considerados “dentro de um perfil”.

O jovem recebeu apoio da comunidade, inclusive, para incentivar a produção de seus artesanatos, tão elogiados por quem os via. Seus quadros pintados na sua solidão no quarto e seu sofrimento demonstrado pela via dos sintomas depressivos despertavam nas pessoas um desejo de cuidado que talvez se estabelecesse de uma maneira institucionalizada ou enraizada em outros casos – como no irônico questionamento trazido pela Vulnerabilidade Social a um visitante do abrigo: “por que tem que proteger essa gente que só se envolve com coisa barra pesada, eles não são assim mesmo?”.

A Vulnerabilidade Social, aliás, esteve presente na vida de Júnior desde seu nascimento até o momento posterior à sua maioridade, mas ela aparecia, em sua presença, curiosamente sem seu véu, a ponto de ser reconhecida como outra pessoa – não houve espanto e silêncio constrangedor como no momento do encontro com Melissa no acolhimento, por exemplo. Ela estava ali e ninguém parecia gostar dela, tentavam expulsá-la a todo o custo, mesmo que às vezes custasse a independência de Júnior ao ser mantido sob uma proteção que o colocava como incapaz de exercer seu potencial e sua autonomia.

A articulação da Vulnerabilidade com Júnior acabou se dando no meio de relações quase que por “dó”, certo assistencialismo disfarçado de proteção. Por vezes, estava ali a ideia de que ele deveria ser protegido acima dos outros, por seu “comportamento aceitável” e por sua branquitude. Por vezes, esse assistencialismo chamava a atenção para questões importantes dele, como as de saúde mental, mas

em outras também chamava a atenção da Vulnerabilidade, numa tentativa de mantê-la por perto de maneiras menos assustadoras para aqueles que trabalhavam nessa direção.

4. (IN)CONCLUSÃO: DESATANDO ALGUNS NÓS

A existência de diferentes tendências na maneira com que se protege cada adolescente coloca em xeque o conceito de juventudes: suas histórias não são todas compreendidas e contadas sob o mesmo olhar. No caso do acolhimento, faz diferença de que maneira a Vulnerabilidade Social aparece, a que condições sociais está associada, as relações raciais e as questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, ao apontar para esse viés, é necessário não nos desvencilharmos de nossa implicação enquanto profissionais psi: também estamos colocados nesse emaranhado da teia social do qual fazem parte os marcadores da diferença. Dessa forma, ter o conhecimento desse contexto não nos isenta de seguir incessantemente numa autocrítica de nosso trabalho e da maneira com que estamos trabalhando com a juventude.

O que há em comum, desde o acórdão da ação civil pública até a experiência no trabalho com as narrativas trazidas é o sentimento de paralisia, de não encontrar mais caminhos possíveis: de mãos atadas. Entretanto, ao longo das produções de discursos sobre os jovens nesse percurso apareceram pontos de fuga que, como no caso de Jennifer, permitem desatar alguns desses nós que percorrem o nosso fazer. Notadamente, esses diferenciais foram, quase que em sua totalidade, ações micropolíticas, práticas do cotidiano e em análises de nossas implicações que são (ou deveriam ser) comuns em nossa atuação. A maneira com que se percebe cada adolescente e a sua consecutiva influência na proteção que lhe é oferecida, nosso posicionamento diante do histórico de cada um – que não pode ser de peritos/policiais, como mencionado no Capítulo 2 – e a construção do trabalho em redes amplas se mostraram pontos de partida interessantes para que se saia da paralisia total, do mal-estar institucional.

Não se trata de negar a dificuldade que o momento histórico-político que enfrentamos nos coloca; ela é, de fato, extremamente violenta, ainda mais quando falamos da juventude marcada para não sobreviver, tomada como alvo necropolítico, que discutimos aqui. O sucateamento das políticas públicas “escolhe” as vítimas as quais irá perseguir de modos mais destrutivos, como é o caso de mulheres negras e trans, por exemplo, que estão entre as principais populações que acessam serviços da rede socioassistencial no Brasil e também entre as mais

assassinadas (FERNANDES, 2020). Não por acaso, a maior parte das crianças e adolescentes com os quais trabalhei no acolhimento institucional, que faz parte da mesma rede e torna-se mais necessário conforme o contexto social do país se agrava, é negra. Outras questões institucionais, que acabam se interligando a essas, como a estrutura dos abrigos, a relação funcional entre os trabalhadores e com suas chefias, além da pandemia, também foram determinantes na maneira com a qual a situação no abrigo se estabeleceu.

Retomando o potencial da psicologia mencionado anteriormente, de ser utópica e dar lugar a novas realidades, existem norteadores através dos quais podemos nos beneficiar para que possamos suportar o trabalho nesse contexto e, mais ainda, realizá-lo de maneira criativa, atuando com forças instituintes criativas. Certamente, como nos casos narrados, poderiam aparecer uma série de empecilhos para que o trabalho seja realizado, sejam de ordem psicológica, material ou política - que, na verdade, não andam separadas. Às vezes, o próprio comportamento considerado desafiador dos adolescentes, como a exigência, através de meios que conhecem ou conseguem performar, por bens como celulares, condicionada por eles às suas permanências no abrigo ou à manutenção da estabilidade no local, pode ser usado a favor do trabalho em direção à proteção desses jovens. Por exemplo, em uma situação em que é possível oferecê-los o aparelho, a aparente simples ida a um local para comprá-lo pode ser disparadora de uma aproximação com o(a) adolescente, podendo estimular o cuidado e o afeto necessários para que haja a manutenção de um diálogo potente, através do qual não existam apenas recusas, de ambas as partes. Para isso, é necessária uma aposta na possibilidade de diálogo com a pessoa em questão, extrapolando os limites e sofrimentos dos estigmas colocados sob cada um.

Ainda, a inclusão dos adolescentes nos planos da rede sobre suas vidas é essencial, caso contrário, não basta nosso esforço em trabalhar com o reconhecimento dos marcadores sociais e de uma visão mais complexa das juventudes. Todo esse posicionamento só faz sentido quando discutido coletivamente, inclusive com aqueles com os quais se sentem pertencentes. Por vezes, estes não serão a família, o abrigo ou alguém da rede, mas sim “o seu

peçoal”, como repetido por Melissa, então cabe uma crítica institucional de como construir o pertencimento em uma casa-lar.

A psicologia, nessa proposta, sai do seu já conhecido e enraizado lugar de perita, avaliadora, responsável por dar uma resposta objetiva sobre a situação de uma pessoa. Ela reconhece o seu não-saber, e trabalha a partir dele: o que ainda podemos descobrir sobre essa pessoa para além daquilo que está nos documentos, nas discussões em equipes ou no imaginário?

Retomando a problematização a respeito da proteção e suas nuances, chegamos ao dilema sobre quem está sendo protegido e de quê. No caso do acolhimento, trabalhamos com o pressuposto de que os jovens em situação de violação de direitos são os alvos de proteção, mas a dificuldade de distinguir políticas e instituições protetivas daquelas voltadas às medidas socioeducativas e à manutenção da ordem social nos dá pistas para questionar isso que está dado. Ao se colocar, por exemplo, adolescentes tão chamados “de perfil”, em uma casa exclusiva para eles, em condições que propiciam a continuidade de suas situações de risco, reiteram uma prática voltada a proteger a sociedade – especialmente a elite e a classe média que se julga pertencente a esta – daqueles que fazem parte do *perigo*: em nome do cuidado e da proteção, acabamos gerando exclusão e sofrimento, alimentando um capital que torna essa população alvo de práticas de morte (BICALHO, 2014).

Nesses termos, mais uma vez atento aqui, para o peso que a palavra *condenação* coloca no acórdão, discutido na introdução e no capítulo 1. Há, de fato, uma resistência notável em receber os jovens, embora muitos vivenciem situações consideradas de menor risco e que precisam de proteção; algo que, até então, não seria novo à instituição. Assim, o que se coloca aqui é justamente o medo e o perigo iminente encarnados nas figuras desses jovens. No Brasil, especialmente a partir de 2011, com o fortalecimento das propostas de redução da maioridade penal⁶, há uma série de propostas que vão nessa direção e que apontam para populações com as

⁶ As principais propostas de redução da maioridade penal giram em torno dos 16 anos, apesar de haver ideias das mais variadas. Na última década, foram geradas discussões políticas calorosas em torno do assunto, tendo, de um lado, defensores da proposta alegando, entre outros, a capacidade de jovens dessa idade se responsabilizarem por seus atos e, de outro, pessoas contrárias ressaltando a penalização de pobres e negros e a superlotação e precariedade dos presídios.

quais simplesmente não se quer conviver e ter de suportar o estranhamento causado por sua existência.

O trabalho nas políticas públicas e em nome da garantia de direitos também faz parte do emaranhado de produções que busca regulamentar os modos de vida e homogeneizar práticas e comportamentos em busca da ordem social e da manutenção de doutrinas político-econômicas como o liberalismo, tema discutido por Lara, Guareschi e Gonzales (2014). Dessa forma, o *status* benevolente do trabalho nessa área e da psicologia de forma geral, socialmente vista como aquela que busca ajudar as pessoas, não pode ser um impeditivo para que se coloque nossa prática em constante estado de problematização. Ou seja, atuar em prol de algo que enxergamos como o “bem” e analisar fatores sociais e políticos não nos coloca separados desse mesmo sistema contra o qual trabalhamos; por vezes, acaba sendo justamente o oposto. Reconhecer implicitamente a participação nesse processo pode, entre outras questões, causar o mal-estar paralisador supramencionado anteriormente. Para que se tenha a possibilidade de desatar alguns dos nós que nos mantém de mãos atadas, talvez seja necessário assumir aquilo que se sabe, mas não pode ser dito. Para romper com os nós, é preciso, como diz Djamila Ribeiro (2017), “romper com os silêncios”.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Marco Antonio Sousa; ALKMIN, Gabriela Campos. A Política Identitária em Questão: Reflexões a Partir de Judith Butler e Achille Mbembe. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 617-644, jan./fev. 2021.

BAREMBLITT, Gregorio F.. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2), 2002.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. UMA CARTA ENDEREÇADA À “PROTEÇÃO INTEGRAL”. In: BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia. **CARTAS PARA PENSAR políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BOCCO, Fernanda. A psicologia no Estado Penal: possibilidades e estratégias para subverter a judicialização. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria. NASCIMENTO, Maria Livia do. (org.). **PIVETES - Encontros Entre a Psicologia e48 o Judiciário**. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 15 jul. 2021

BUENO, Arthur. Políticas da identidade e da desidentificação. **Ideias**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 309–320, 2017. DOI: 10.20396/ideias.v8i1.8649785. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649785>. Acesso em: 26 nov. 2021.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças.; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA; IULIANELLI (org.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do; AYRES, Lygia Santa Maria; PIVETES, Equipe. Cartografias jurídicas: discursos e práticas psi no Judiciário. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO; Maria Livia do (org.). **PIVETES - Encontros Entre a Psicologia e48 o Judiciário**. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

FAVERO, Sofia Ricardo; MACHADO, Paula Sandrine. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 102-126, jan./abr. 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40481/30678>. Acesso em: 24 out. 2021.

FERNANDES, Yuri. A carne mais barata do mercado é a carne (trans) negra. **Projeto Colabora**. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods5/a-carne-mais-barata-do-mercado-e-a-carne-trans-negra/>. Acesso em 2 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALINDO, Dolores *et al.* JOGOS DE ARMAR: NARRATIVAS COMO MODO DE ARTICULAÇÃO DE MÚLTIPLAS FONTES NO COTIDIANO DA PESQUISA. In: SPINK, Mary Jane Paris; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli (org.). **A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NA PESQUISA SOCIAL: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. Cap. 14. p. 296-322.

GOFFMAN, Erving. **ESTIGMA: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

LARA, Lutiane de; GUARESCHI, Neuza; GONZALES, Zuleika. AOS PSICÓLOGOS EM ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. In: BERNARDES, Anita Guazzelli; TAVARES, Gilead Marchezi; MORAES, Marcia. **CARTAS PARA PENSAR políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Júlia Dutra de; BECKER, Julia Lângaro. Acompanhando micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 2, p. 55-64, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/B46jyZqxPvtnjHyFPWzWwfH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2019.

NASCIMENTO, Tatiana. leve sua culpa branca pra terapia. **Revista O Menelick 2º Ato**, 2020. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/leve-sua-culpa-branca-pra-terapia>. Acesso em: 20 out. 2021.

PITTY. **Comum de dois**. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hRFICXalkus&ab_channel=Pitty. Acesso em: 02 nov. 2021.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1988.

RIBEIRO, Djamila. **Precisamos romper com os silêncios**. TEDx São Paulo: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6JEdZQUmdbc> Acesso em: 31 Out 2021.

Rio Grande do Sul. Ação Civil Pública. Acórdão Nº 70081394272 (Nº CNJ: 0111336-38.2019.8.21.7000). **IMPLEMENTAÇÃO, DE MODO PERMANENTE, NO MBITO ESTADUAL, DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA**

CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENVOLVIDOS EM ILÍCITOS PENAIIS GRAVES E AMEAÇADOS DE MORTE. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/784005500/apelacao-civel-ac-70081394272-rs/inteiro-teor-784005510>. Acesso em: 1 nov 2021.

RUFFINO, Rodolpho. Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito. In: Rappaport, Clara Regina (org.). **Adolescência: abordagem psicanalítica**, EPU, São Paulo: EPU, 1993.

WINNICOTT, Donald Woods. (1961/2001). **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 1961/2001.